

“Lobbies” se organizam para influir na Constituinte

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

Se estiverem corretos os cálculos dos políticos mais experientes, um grupo de ruralistas conservadores já assegurou recursos suficientes para eleger mais de um representante ao futuro Congresso constituinte: a União Democrática Ruralista — conglomerado de pecuaristas e produtores rurais que defen-

de a formação de um partido classista — levantou cinco bilhões de cruzeiros para a campanha eleitoral de 1986, em dois leilões de gado, realizados em Goiânia (GO) e Presidente Prudente (SP), 587 km a noroeste de São Paulo. Em setembro passado, em reunião no apartamento de Brasília do deputado federal Flávio Marçilio (PDS-CE), um grupo de veteranos parlamentares havia estimado em trezentos mil dólares o custo de um mandato na eleição do ano que vem, o que dá, ao câmbio oficial de hoje, cerca de três bilhões de cruzeiros. Consequentemente, os ruralistas da UDR já têm, antes mesmo de iniciar-se a campanha eleitoral, ver-

ba suficiente para disputar a vaga de dois parlamentares no futuro Congresso.

Esses números indicam que está aberta a guerra pelos mandatos no Congresso constituinte, um combate que, a julgar pelos seus primeiros lances, atingirá cifras impressionantes. É, na prática, a confirmação da tese de Rogério César Valente, presidente da Federação de Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, que, há meses, defendeu a constituição de uma “caixinha” (por ele chamada de “contribuição partidária”) para eleger parlamentares identificados com as posições do empresariado.

Na época, a proposta Valente causou algum escândalo. Ela nada mais é, no entanto, do que a oficialização do que sempre ocorreu em períodos eleitorais. Como diz o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, 46: “A única diferença que pode haver é que se faça (a caixinha) de forma organizada e não bagunçada”.

Organizar-se é exatamente o que está fazendo Antônio Celso Cavalcanti, 42, tesoureiro da Federação dos Plantadores de Cana de Pernambuco e postulante a deputado federal pelo PFL: ele já tem a promessa de levantar três bilhões de cruzeiros, em duzentas cotas de quinze milhões cada uma, a serem compradas pelos duzentos maiores plantadores de cana de seu Estado.

“Antes, apoiávamos candidatos do PDS e do PMDB com os quais tínhamos ligações pessoais. Agora, não. Vamos eleger gente nossa para defender na Constituinte nossas prioridades: a propriedade privada urbana e rural, a livre iniciativa empresarial e o combate a uma política econômica extorsiva, que está levando à extinção do médio e pequeno empresário rural”, afirma Cavalcanti. Em São Paulo, Luís Eulálio apresenta idêntica disposição, embora prefira apoiar candidatos identificados ideologicamente com o empresariado e não eleger diretamente empresários para a Constituinte: “A conta, nós sempre pagamos, mas nunca exigimos recibo. Agora, devemos cobrar serviço dos deputados que ajudarmos”.

Diferentes projetos

Apesar desses casos definidos de levantamento de fundos para a batalha eleitoral, o que une o empresariado é menos a “caixinha” e mais a defesa das teses caras à iniciativa privada, sem uma real concatenação



de esforços. “Não há nada de organizado”, diz José Carlos Moraes Abreu, 62, presidente do Banco Itaú. Para ele, o que deve haver é uma “atuação individual para dirigir os votos a pessoas que sejam contrárias às idéias de radicalização, que, no fim, suprimem a liberdade da gente, como a que decorre de uma socialização. Vemos aí grandes forças defenderem, por exemplo, a estatização do sistema de crédito, que é o caminho certo e inexorável de você suprimir a liberdade econômica”.

Emenda Luís Eulálio: “Existe uma consciência de que só através de uma ação conjunta, não necessariamente financeira, nós poderíamos defender as posições que achamos melhores para o Brasil”. E qual é essa posição? Basicamente, devolver o Estado “às suas funções originais, social e reguladora. Não existe regime livre e democrático quando o

Estado controla 70% da economia”, responde o presidente da Fiesp.

Reforça Guilherme Afif Domingos, 42, presidente da Associação Comercial de São Paulo: “Temos que ganhar a batalha das idéias. Sem ganhar no terreno das idéias, de nada adianta o poder econômico”.

Há diferenças, entre o empresariado, também quanto ao melhor caminho a seguir: candidatos próprios ou o apoio a candidatos, de qualquer partido, identificados com as teses da iniciativa privada. E na área rural que essa divisão se torna mais clara: se a citada UDR quer eleger seus próprios homens, outro grupo, capitaneado pelo ex-deputado federal Sérgio Cardoso de Almeida (PDS-SP), igualmente conservador, prefere descarregar ajuda e votos em candidatos dos diferentes partidos, desde que sejam conservadores. E há, ainda, uma terceira corrente, a

dos empresários que julgam importante uma modernização da agricultura, mas concordam em que o Brasil já é uma sociedade industrial e não mais agrícola. Para estes, é necessário que os agricultores apoiem candidatos dos vários partidos, desde que aceitem os postulados básicos do liberalismo.

Flávio Teles de Menezes, 40, presidente da Sociedade Rural Brasileira, pertence a este último grupo e só descarta apoio aos partidos comunistas e ao PT. Menezes alinha cinco liberdades fundamentais, “que embasam o liberalismo político e econômico: liberdade de expressão de pensamento, de ensino, de culto, sindical e econômica”. E faz questão de introduzir uma diferença importante entre proprietários de terras e produtores rurais. “A identidade ideológica existe apenas entre produtores rurais, já que muitos proprietários de terras não vivem nelas e não, preferencialmente, de sua exploração”, afirma.

A divergência de posições no meio empresarial fica ainda mais clara quando se comparam as posições de Afif Domingos (Associação Comercial) e de Moraes Abreu (Banco Itaú). Afif defende um “esforço suprapartidário em torno de correntes de pensamento, porque os partidos estão longe de representar convicções”. Já o presidente do Itaú vai na direção exatamente oposta: “Cada um deve se filiar ao seu partido e, dentro dele, defender seus pontos de vista. Nada deve ser feito fora dos quadros partidários”.

Outras batalhas

Para o empresariado, a grande batalha da Constituinte é, como verbaliza Afif Domingos, entre duas correntes, “a sócio-estatizante e a liberal”. E ele não acha que haja uma linha divisória clara, na medida em que muitos empresários “concor-